

Factor objectivo favorável a prosseguir Abril:

A descolonização irreversível

Victor de Sá

A minha reflexão incide sobre um dos três Ds que englobam a temática deste Seminário. O D da Descolonização, os fenómenos que lhe são historicamente inerentes, a Reforma Agrária e a Causa Operária.

A descolonização, portanto, não em si própria, mas nos reflexos de ordem interna que dela advêm e hão-de continuar necessariamente a influir na evolução futura da sociedade portuguesa.

Considerando a Descolonização como uma das consequências irreversíveis da Revolução de Abril, não posso deixar de evocá-la como alavanca das transformações na Metrópole. Tenho presente o quanto, no século passado, pesou nos destinos deste país, a descolonização americana, com a independência do Brasil. Penso que, no tempo que estamos vivendo, também a descolonização africana tem accionado entre nós e continuará a accionar a luta social.

A minha sensibilização para a importância profunda, diria mesmo de consequências estruturais, que decorre da descolonização, deriva em grande parte de um Mestre de que muitos hoje se reclamam, mas poucos o consideram no que respeita à sua visão crítica da História de Portugal. Refiro-me a António Sérgio naturalmente. O Sérgio da teoria das duas políticas nacionais, a da fixação e a dos transportes. O Sérgio que tendo nascido nas colónias, filho de pais e avós administradores coloniais, ele próprio se transformou na má consciência do colonialismo português ao apontá-lo como a causa mais persistente do nosso atraso tecnológico, da nossa pobreza económica, da nossa sujeição política e do arcaísmo da nossa mentalidade escolástica.

Não tendo sido propriamente um anti-colonialista, Sérgio pôs em evidência nos seus trabalhos os malefícios que resultaram para o país da sua política de conquistas ultramarinas, e apontou para problemas centrais da sociedade e da economia portuguesa, que são, afinal, outros tantos problemas fundamentais com que agora nos debatemos: questões económicas, de produção; questões pedagógicas, de formação de um novo tipo de mentalidade, de um novo homem português que não seja mais o das conquistas; e questões estruturais, com realce sublinhava ele - para a necessidade urgente de uma Reforma Agrária.

Aliás, esta ligação da ideia de Reforma Agrária à Descolonização não é original em António Sérgio. Foi a ideia central que dominou a sua obra de historiógrafo. Mas atrás dele havia já uma corrente secular do pensamento nacional, que filiava no colonialismo as causas do abandono dos campos no continente.

Ao promover em 1922, a conhecida Antologia dos Economistas Portugueses, Sérgio recenseou aí alguns desses pensadores do século XVII: Luís Mendes de Vasconcelos, Manuel Severim de Faria e Duarte Ribeiro de Macedo.

Outra influência foi a de Mouzinho da Silveira, o consagrado legislador do liberalismo no início da Guerra Civil. Foi Mouzinho quem em 1832, há século e meio pois, proclamou esta verdade que ainda hoje merece reflexão:

... «os Portugueses se atormentam, se perseguem e se matam uns aos outros por não terem entendido que o reino, tendo feito grandes conquistas, viveu por mais de três séculos do trabalho dos escravos, e que, perdidos os escravos, era preciso criar uma nova maneira de existência, multiplicando os valores pelo trabalho próprio.»

Essa necessidade de substituir o trabalho dos escravos pelo trabalho próprio foi a mola propulsora da nossa Revolução Liberal no século passado. Repare-se que, iniciada em 1820, sofreu vários colapsos antes do seu triunfo definitivo, 14 anos mais tarde. Isto equivale a lembrar que só depois de perdidas as ilusões colonialistas dos liberais relativamente ao Brasil é que se tomou imperiosa e inadiável a mudança de estruturas na Metrópole.

Assim, a Revolução Liberal corresponde à descolonização do século passado, como outra Revolução terá de corresponder à descolonização do nosso tempo.

Não se trata de um fatalismo histórico. Não é a aplicação mecanicista da solução de uma época aos mesmos problemas de outra época diferente, que é a nossa actual.

Trata-se de reconhecer e considerar a Descolonização como factor objectivo, persistente e irreversível que subjaz nas modificações que desde logo se esboçaram e continuam a reclamar-se imperativas. Factor que nos ajuda a compreender agora o insucesso evidente de todas as tentativas restauracionistas do capitalismo português, mesmo quando apoiado nas formas mais agressivas e perigosas do imperialismo.

Retomemos António Sérgio nas suas próprias palavras:

«O Brasil perdeu-se com efeito; e então a sociedade, a morrer de fome, careceu de um abalo catastrófico (...). Tornava-se necessário outra mina; e qual? A da casa naturalmente, cultivando-a o que só seria possível desonerando o trabalho das servidões que o asfixiavam» (Considerações histórico pedagógicas,... Porto, 1915).

Referia-se ao abalo produzido pela legislação de Mouzinho na sociedade portuguesa de então.

Libertar o, trabalho das servidões que o asfixiam continua a ser hoje, ao nível das exigências do nosso século, uma satisfação imperiosa decorrente da Descolonização.

O colonialismo português ao mesmo tempo que explorava e oprimia outros povos, era a causa da opressão e da exploração do próprio povo.

O colonialismo foi sempre um travão ao progresso social e económico de Portugal e constituiu ainda, ao contrário, uma base de apoio às forças mais retrógradas, na medida em que as riquezas acumuladas pela exploração colonial compensavam sem esforço as carências da produção nacional. Os latifúndios, por exemplo, podiam manter-se improdutivos, porque a alimentação comprada ao estrangeiro se pagava com as matérias-primas locupletadas aos povos colonizados.

Mas agora não há mais os diamantes de Angola, nem o algodão de Moçambique, nem as oleaginosas da Guiné ou o café de S. Tomé e Príncipe para trocar pelos produtos essenciais à nossa subsistência.

Impõe-se por isso a valorização do trabalho no aproveitamento de todas as fontes de riqueza nacional, nomeadamente os latifúndios...

Impõe-se também uma redistribuição do rendimento de tal forma que sejam os que mais trabalham, e não os monopolistas, aqueles que verdadeiramente beneficiem do produto bruto nacional.

Este é um factor sócio económico essencial para garantir, por sua vez, a irreversibilidade da Revolução Portuguesa.

Reconhecer aos trabalhadores o papel determinante que eles ocupam na sociedade portuguesa é o que hoje se impõe para obter soluções estáveis na nossa vida económica. É com os trabalhadores, e nunca contra eles, que Portugal encontrará a solução adequada aos muitos problemas em que estamos ato lados.

Tanto assim que há 8 anos temos vindo a assistir ao fracasso sucessivo de todos os governos restauracionistas ao pretenderem impor uma política anti-laboral. A despeito dos muitos e profundos golpes desferidos contra a Reforma Agrária, ela permanece viva, mesmo que sangrante. É que ela corresponde a uma necessidade histórica e tem por si a força poderosa dos trabalhadores e dos democratas progressistas.

Assim como com os trabalhadores do campo, também com os trabalhadores das oficinas se está a passar um fenómeno idêntico de resistência.

Perante o desemprego e essa vergonha subversiva que é o atraso no pagamento de salários, estamos a assistir a um arreganhamento cada vez maior da luta de classes. O pacto social que o Governo anunciava como panaceia está a revelar-se, ao fim e ao cabo, como um beco sem saída, ou antes, para ser imposto tem como única via a sujeição às imposições gravosas do F.M.I. e do imperialismo das multinacionais, como se tem visto.

A não seguirmos o trilho de mobilização dos nossos próprios recursos, reconhecendo aos trabalhadores o seu papel determinante na reconstrução da economia, só nos restaria como alternativa passarmos, agora, a país colonizado.

É para essa sujeição ao imperialismo que estamos de facto a ser empurrados.

Mas é também perante uma situação assim prenhe de ameaças externas e internas, quando já de novo se perfila no horizonte o espectro de novas polícias políticas, que teremos de nos mobilizar numa frente unitária nacional. Hoje contra o imperialismo, como ontem foi contra o fascismo.

Dez anos depois do 25 de Abril, se ponderarmos todos os factores subjectivos e objectivos da actual situação, não se enxergam razões para nos postarmos numa atitude saudosista, muito menos desalentada.

Podemos estar inquietos - e estamos - quanto aos rumos da democracia conduzidos pelo governo e aos perigos de guerra a que ele cada vez mais nos expõe.

Mas o facto de a Descolonização ser uma das vitórias reconhecidamente irreversíveis da Revolução, mantém-nos o caminho aberto para a luta pela democratização efectiva da sociedade portuguesa. Uma democratização não apenas política mas também necessariamente económica e social.

É um objectivo que hoje em dia e cada vez mais se identifica com a dignidade nacional e com a própria defesa da nossa independência como país livre.